

**O COMPORTAMENTO DAS CONSTRUÇÕES PASSIVAS EM TEXTOS
JORNALÍSTICOS PUBLICADOS NO PORTUGUÊS DE ANGOLA DO SÉCULO
XXI¹**

Ingrid Eduarda Rodrigues Deodato²

RESUMO

Na presente pesquisa, dediquei-me a investigar as construções passivas no Português de Angola, doravante PA, analisando suas escolhas sociopolíticas e os fatores que influenciam seu uso. Utilizando-me dos estudos da Teoria de Princípios e Parâmetros (CHOMSKY, 1981 e seguintes) e analisando como as interferências linguísticas e culturais, decorrentes do período colonial, moldaram essa variedade do português, foquei nas construções passivas, analíticas e impessoais, utilizando dados extraídos de 16 edições de jornais angolanos da primeira metade do século XXI. Com este trabalho, pioneiro na universidade onde está sendo realizado, busquei evidenciar a complexidade e a riqueza do PA, compreendendo-o como um sistema linguístico em constante evolução, moldado por interações históricas, culturais e sociais únicas. Acredito que minha contribuição fortalece uma visão mais inclusiva das dinâmicas do português em contextos lusófonos e valoriza a diversidade linguística resultante desses contatos.

Palavras-chave: Construções Passivas; Sócio-História; Textos Jornalísticos; Variedades do Português.

RESUMEN

En la presente investigación, me dediqué a analizar las construcciones pasivas en el Portugués de Angola, en adelante PA, examinando sus elecciones sociopolíticas y los factores que influyen en su uso. Basándome en los estudios de la Teoría de Principios y Parámetros

¹ Este artigo, apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso ao Departamento de Letras da Universidade Federal Rural de Pernambuco, sendo requisito para a obtenção do grau de Licenciado em Letras, realizado sob a orientação da Profa. Dra. Cláudia Roberta Tavares Silva, é um recorte elaborado a partir de uma pesquisa em parceria com o PIBIC CNPq, desenvolvida ao longo de dois anos, intitulada “O comportamento das construções passivas em textos jornalísticos dos séculos XIX ao XXI no Português de Angola e no Português de Pernambuco”.

² Licencianda em Letras – Habilitação em Português e Espanhol pela Universidade Federal Rural de Pernambuco. e-mail: <ingrid.deodato@ufrpe.br>.

(CHOMSKY, 1981 y siguientes) y analizando cómo las interferencias lingüísticas y culturales derivadas del período colonial han moldeado esta variedad del portugués, centré mi estudio en las construcciones pasivas, analíticas e impersonales, utilizando datos extraídos de 16 ediciones de periódicos angoleños de la primera mitad del siglo XXI. Con este trabajo, pionero en la universidad donde se está llevando a cabo, busqué evidenciar la complejidad y riqueza del PA, entendiéndolo como un sistema lingüístico en constante evolución, influenciado por interacciones históricas, culturales y sociales únicas. Considero que mi contribución refuerza una visión más inclusiva de las dinámicas del portugués en contextos lusófonos y valora la diversidad lingüística resultante de estos contactos.

Palabras clave: Construcciones pasivas; Historia sociolingüística; Textos periodísticos; Variedades del portugués.

1. INTRODUÇÃO

Apesar das pesquisas já desenvolvidas no campo sócio-histórico da língua, pouco se discute ainda hoje sobre como as culturas africanas influenciaram processos linguísticos daqueles que os escravizaram. Em estudos sobre o apagamento do papel cultural africano na história do desenvolvimento humano, Machado e Petit (2020) lançam os holofotes sobre a subvalorização de pensadores e estudiosos africanos dentro do sistema educacional, que apaga e reduz a participação desse continente desde a base das discussões. Esse cenário ocorre uma vez que ainda se perpetua a visão ocidental que compreende o continente africano como “um continente isolado e bizarro, cuja História foi despertada com a chegada dos europeus” (Nascimento, 1985, p. 41).

Em sua pesquisa, Green (2019) remonta ao cenário linguístico da África, no qual a história mantém sua característica oral, principalmente no centro-oeste africano, onde se encontra Angola. Os ensinamentos, populares ou não, ainda possuem fortes raízes orais. É sabido, no entanto, que histórias, sejam elas documentadas ou transmitidas oralmente, podem sofrer com mudanças. Essas mudanças são comuns e fazem parte do processo de comunicação, que depende dos interlocutores para seu desenvolvimento, valendo referirmos aqui que narrativas orais podem se tornar instrumentos de opressão/repressão quando usadas para apagar propositalmente a história de um povo. Foi o que aconteceu com Angola. De acordo com Thornton (2001), questões ideológicas, políticas e econômicas fizeram com que as narrativas sobre os países africanos sofressem graves manipulações, apagando a identidade

africana de seus antepassados e descendentes a partir de trabalhos exploratórios e cruéis dos países europeus.

O maior indicativo do apagamento da cultura pré-colonial está no simples fato de que se atrela muito rapidamente o continente africano à escravidão. Isso se repete em ambientes educacionais. Não há espaço para abordar música, arte, costumes e línguas africanas, pois o foco volta-se apenas em entender — ou mudar as narrativas de desenvolvimento desses povos — a época colonial. Não estou dizendo aqui que não é um período de importante estudo, pois não esquecer da história faz com que ela não seja repetida. O que busco salientar é que compreender a cultura africana pré-colonial faz com que possamos entender a sociedade africana em seu período colonial e também contemporânea (Green 2019). Tratando-se de pesquisas sócio-históricas, com objetivos linguísticos, isso é ainda mais importante. Chego a ir além e dizer que é indispensável.

Ademais, apesar de um rico continente, o que ainda hoje é disseminado sobre a África faz com que seu povo seja visto como coadjuvantes passivos de processos importantes para as sociedades com quem tiveram contato, conforme verificam Rodney (1973), ao apontar os impactos remanescentes do imperialismo e colonialismo europeus, e Negrão e Viotti (2014), ao discutirem acerca da importância das características do português africano como peça fundamental para uma compreensão completa das variedades da língua portuguesa. Não podemos, portanto, limitar nossa análise apenas à variedade europeia dessa língua, como se fosse a norma universal do português, ignorando as repercussões do contato linguístico.

A visão eurocêntrica não foi capaz — ou simplesmente não quis ser capaz — de observar que, assim como todas as sociedades, os africanos possuem laços familiares, políticos, linguísticos e culturais próprios, os quais tornaram este continente não apenas atuante e resistente às situações desumanas a que foi submetido, mas também um cenário de inovações linguísticas decorrentes do intenso contato entre línguas antes mesmo do período colonial (Petter, 2008) — como é o caso das trocas entre chokwe-lunda e o kioko-lunda, línguas faladas ao nordeste de Angola. Sendo assim, não podemos nos manter na ótica eurocêntrica da história e nos distanciar do fato de que mudanças nas sociedades africanas aconteciam e estavam acontecendo bem antes da chegada dos colonizadores, conforme veremos nas próximas subseções. Além disso, a diversidade linguística do continente é intrinsecamente ligada às culturas e ecossistemas específicos, fornecendo uma base essencial para a investigação da ecologia do contato linguístico (Petter, 2008).

Partindo para o campo linguístico, levando em consideração as pesquisas de Negrão e Viotti (2014) e tendo em mente o processo da ecologia do contato, acreditamos que o

português hoje falado em Angola não foi apenas influenciado pelo chamado Português Clássico, visto nos livros e narrativas das literaturas de viagem datadas da época, mas também pelos primeiros contatos com as línguas dos povos originários brasileiros, dos colonos e, mais marcantemente, pelas línguas bantu já faladas no território africano no período pré-colonial.

Mattos e Silva (2004) conclui que o português implementado no Brasil teve tanto raízes das línguas bantu, quanto das indígenas e europeias, devido aos variados graus de contatos existentes entre colonos europeus, os povos escravizados do continente africano e os indígenas. Esse contato aparece de formas e graus diferentes no continente africano, uma vez que o ambiente calcado nas colônias europeias na África teve processos de ocupação diferentes do cenário encontrado no Brasil.

Não se pode, no entanto, acreditar que não houve trocas importantes entre as então colônias de Portugal — uma vez que os laços econômicos e, portanto, linguísticos, existiram. Podemos inferir que as línguas bantu influenciaram mais o Português Brasileiro, doravante PB, do que foram influenciadas por ele, ao passo que foram influenciadas pelo Português Europeu, doravante PE. Tal hipótese pode assegurar-se no processo da Transmissão Linguística Irregular, de Lucchesi e Baxter (2009).

Nos territórios colonizados, a língua-alvo predominante era o português europeu. Nesse contexto, o contato entre os escravizados africanos e os povos indígenas foi inevitável, impulsionado pelas demandas sociais e econômicas do sistema escravocrata vigente na época. Esse contato se deu de forma natural, à medida que os indivíduos interagiam dentro desse contexto histórico, resultando em influências linguísticas e culturais mútuas entre esses grupos distintos.

A organização social do continente africano, especialmente em Angola, antes do processo de colonização europeia, foi caracterizada por uma rica diversidade linguística e cultural, destacada pelas interações entre os diversos grupos étnicos. As grandes mudanças históricas e políticas, desde os primórdios da colonização até a independência em 1975, influenciaram as transformações linguísticas na comunidade de falantes em Angola (Cunha; Cintra, 2013). Os encontros entre povos e culturas facilitaram um constante intercâmbio de experiências, resultando em um cenário linguístico complexo.

O grupo Ovimbundo, com sua língua materna Umbundo, desempenhou um papel significativo, tornando-se a segunda língua mais falada em Angola após o Português. A influência do Umbundo, uma língua banta, não apenas condicionou o uso e a aprendizagem do Português, mas também gerou interferências linguísticas mútuas, tanto a nível lexical quanto fonético e morfossintático (Teresa et al., 2010). Durante a socialização, os indivíduos

aprenderam a lidar com os outros, incorporando normas sociais que refletiam a diversidade cultural:

A situação do ensino do português em Angola é a seguinte: há crianças que entram na escola com português como Língua materna (L1), mas há outras que entram com Língua segunda (L2). Os manuais escolares usados são os mesmos. A metodologia de ensino é a mesma. Entendemos que não é aconselhável. Entendemos que o professor deve ser versátil atendendo os diferentes tipos de alunos na mesma turma, na mesma sala.” (Ndombele; Timbane, 2020, p. 11).

O fenômeno da "umbundização" revela como nomes em Umbundu, ao serem aportuguesados, muitas vezes perdem seu significado original, tanto na língua de origem quanto na língua de chegada (Da Costa, 2015) — podemos citar o exemplo da palavra conhecida por nós como “nenê”, criança pequena, que provém da palavra de origem umbundo “nene”, significando nesta “pedaço pequeno de algo”. Essa dinâmica resulta em neologismos na língua, exemplificando como as mudanças começam de maneira individual e, quando aceitas, integram-se à norma linguística (Rodrigues, 2012).

As trocas linguísticas entre o Umbundo e o PA incluem adaptações fonéticas, fonológicas e morfossintáticas. A introdução de termos angolanos no léxico do Português, como "Soba" e "Bazar", demonstra como a língua portuguesa em Angola foi enriquecida por empréstimos das línguas nacionais. Da mesma forma, algumas palavras da língua portuguesa foram inseridas nas línguas locais, evidenciando um processo de interferência e empréstimos interlinguísticos — como é o caso da palavra “Anel” que sofreu processo de umbundização até transformar-se em “Onela”. As línguas bantu, portanto, ao entrarem em contato forçado com o português, influenciaram inconscientemente características fonéticas, fonológicas, lexicais, semânticas, sintáticas e comunicativas da língua portuguesa em Angola (Teresa et al., 2010).

Considerando a hipótese do contato linguístico abordada no presente trabalho a partir de evidências sócio-históricas e linguísticas do português europeu com línguas africanas, por exemplo, culminando na constituição de diferentes variedades (ex.: o português angolano, o português brasileiro, o português moçambicano), acredito ser plausível a observação de traços tanto similares quanto distintos entre a variedade europeia e as variedades não-europeias do português no que se refere ao comportamento das orações passivas. A análise comparativa desses traços permitirá compreender melhor não apenas a possível influência do contato

linguístico, mas também as singularidades que cada variedade do português carrega consigo, enriquecendo assim o entendimento sobre as dinâmicas do contato linguístico e suas repercussões nas estruturas gramaticais. Para este artigo, vale referir que centrei minha atenção na comparação entre dados escritos extraídos da imprensa angolana coletados ao longo de toda investigação. Para tanto, o objetivo geral é discutir o comportamento das construções passivas em jornais de circulação angolana, em particular, nas Cartas do Leitor e nos Editoriais do século XXI e como objetivos específicos: (I) investigar as variações linguísticas das construções passivas analíticas e impessoais no PA a partir de textos jornalísticos do século XXI; (ii) identificar traços de influência das línguas bantu e do contato linguístico colonial nas estruturas gramaticais do PA e (iii) explorar as implicações socioculturais e históricas que moldaram as escolhas linguísticas do PA em contextos formais.

O presente estudo, fundamentado em precedentes importantes, contribui para a ampliação de um corpus ainda escasso sobre a formação e o impacto do Português Angolano. Ao percorrer sua socio-história, a pesquisa sobre as construções passivas em Angola, além de ser pioneira na universidade onde foi desenvolvida, auxilia na compreensão não apenas da trajetória linguística do país africano, e do continente como um todo, mas também das transformações sociais e políticas que atravessam essa sociedade. Além disso, abre caminho para uma reflexão mais ampla sobre a relevância dos estudos linguísticos na compreensão da história e da identidade de um povo.

A partir da próxima seção deste relatório, apresentarei uma breve discussão sobre o comportamento das construções passivas, analisando suas estruturas nas variedades europeias e não europeias do português, além de destacar pesquisas anteriores sobre as orações passivas na modalidade oral do português brasileiro. Em seguida, abordarei sucintamente as tradições discursivas que caracterizam os gêneros carta do leitor e editorial, para, então, expor os meios metodológicos adotados nesta pesquisa e os resultados alcançados até o momento, considerando seu caráter contínuo e inacabado.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: BREVES INCURSÕES

2.1 O ENFOQUE NAS CONSTRUÇÕES PASSIVAS

As chamadas construções passivas são aquelas que se apresentam na voz passiva e o agente passa para a função oblíqua (no espectro sintático, o agente da passiva). Para Givón (2006, p. 338 *apud* Negrão; Viotti, 2014, p. 16), trata-se do “tipo de construção sentencial na

qual o agente da sentença ativa correspondente é radicalmente destopicalizado e o paciente, por *default*, torna-se o único argumento tópico”.

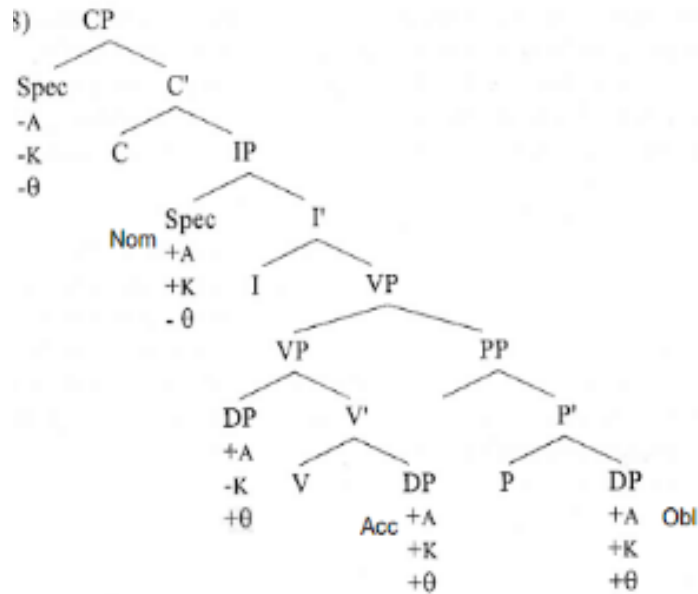
Peres e Mória (1995) apontam para a característica de equivalência semântica entre as orações passivas e ativas. Podemos tanto dizer que “A árvore foi cortada pelo lenhador³” quanto “O lenhador cortou a árvore⁴”, pois, essencialmente, ambas possuem o mesmo conteúdo semântico, ainda que tópicos não-marcados nas duas estruturas discursivas sejam diferentes: na oração passiva, esse tópico é *a árvore*, ao passo que, na oração ativa, *o lenhador*. Outro elemento de semelhança é o fato de que, em ambas as vozes, os predicadores são derivações de uma mesma forma verbal. Por fim, os autores demonstram que as funções sintáticas nas vozes em questão mudam quando os elementos são reorganizados para atender à composição estrutural das orações, ao passo que as funções semânticas mantêm-se. Ou seja, em nosso exemplo acima, *o lenhador* é o termo agente em ambas as orações, enquanto *a árvore* mantém-se como paciente; porém, as funções sintáticas desses constituintes mudam: na voz passiva, *pelo lenhador*, trata-se de um complemento oblíquo que carrega a função semântica de agente e *a árvore* tem a função sintática de sujeito, mantendo sua função semântica de paciente.

Em termos morfossintáticos, sob o viés da Gramática Gerativa (Chomsky, 1981 e seguintes), as orações ativas são organizadas desde a estrutura profunda, deixando os vestígios responsáveis pela produção das passivas na estrutura de superfície. Para exemplificar, um argumento que recebe função semântica de agente na estrutura profunda, permanecerá como agente na estrutura de superfície. O que pode variar tem a ver com a sua função sintática e, para tanto, é necessário abordarmos a Marcação do Caso Estrutural (ex.: nominativo (*Nom*) (“sujeito”) e acusativo (*Acc*) (“objeto direto”)). Segue-se uma estrutura que mostra como a atribuição do Caso estrutural ocorre:

³ Exemplo meu.

⁴ Exemplo meu.

Figura 01: A Marcação do Caso



Fonte: Mioto, Silva e Lopes (2013, p. 179)

Segundo Payne (2006), as vozes verbais existem em todas as línguas, servindo como um modulador dos papéis semânticos (agente/paciente) e ainda, para Ferreira da Silva (2016, p. 22), ao analisarmos as orações passivas como em (1), é preciso termos em mente dois participantes que irão possuir as seguintes propriedades listadas em (2):

(1)a.

Cena:	PACIENTE	DAR	AGENTE
	↓	↓	↓
Oração:	SNsujeito	Verbo	SP Obliquo
	O livro	foi dado	a José por João

Ferreira da Silva, 2016, p. 57)

b.

b) Cena:	PACIENTE	VACINAR	AGENTE
	↓	↓	↓
Oração:	SNsujeito	Verbo	Obliquo
	O cachorro	foi vacinado	pelo homem

(Ibid, p. 60)

(2)

1. O argumento A (agente) é ou omitido ou rebaixado para uma função oblíqua;

2. O argumento O (SNsujeito) passa a exercer a função de S;
3. O verbo torna-se gramaticalmente intransitivo.

(*Ibid*, p. 22-23.

Negrão e Viotti (2014), utilizando-se da ecologia do contato linguístico, mais profundamente trabalhado por Petter (2008), passaram a construir as análises a partir de comparações entre o PA e o PB, demonstrando como esse fenômeno se manifesta de maneira diferenciada em cada uma dessas variedades. A análise comparativa desses traços nos permitirá compreender melhor não apenas a possível influência do contato linguístico, mas também as singularidades que cada variedade do português carrega consigo, enriquecendo assim o entendimento sobre as dinâmicas do contato linguístico e suas repercussões nas estruturas gramaticais.

Considerando a hipótese do contato linguístico a partir de evidências socio-históricas e linguísticas do português europeu com línguas africanas, por exemplo, culminando na constituição de diferentes variedades (ex.: o português angolano, o português brasileiro, o português moçambicano), acredito ser plausível a observação de traços tanto similares quanto distintos entre a variedade europeia e as variedades não europeias do português no que se refere ao comportamento das orações passivas.

Givón (2006 *apud* Negrão; Viotti, 2014), vendo a passividade como um epifenômeno, ainda elenca dois tipos de passivas que podem existir com mais ocorrência no PA, as chamadas de Tipo A e Tipo B.

As passivas Tipo A, intituladas de Passivas Analíticas ou prototípicas, são aquelas de maior ocorrência nas línguas. Tais construções são marcadas pela utilização do verbo auxiliar “ser” + um verbo principal no particípio. Para Negrão e Viotti (2014), sua emergência é diacrônica graças a construções formais e funcionais semelhantes que incluiriam:

- (i) sentenças predicativo adjetivas (como: *It is big*⁵);
- (ii) sentenças resultativo-perfectivas (como: *It has been broken*⁶); e
- (iii) sentenças adjetivo-estativas (como: *It is broken*⁷), até chegar à construção passiva “[...]: *It was broken (by someone)*”⁸

⁵ “É grande.” (Tradução minha)

⁶ “Tem sido quebrado.” (Tradução minha)

⁷ “Está quebrado.” (Tradução minha)

⁸ “Foi quebrado (por alguém).” (Tradução minha)

(Negrão; Viotti, 2014, p. 17)

As passivas Tipo B, também chamadas de Impessoais, ocorrem quando existe o rebaixamento ou demissão do chamado agente da passiva, que, nesse caso, não é específico e pode ser formado a partir da construção de verbos transitivos e intransitivos. Negrão e Viotti (2014) ainda ampliam a denominação das impessoais e as analisam como clíticas e não clíticas em relação à posição da partícula apassivadora “se”. Utilizando dados do espanhol, Givón (2006 *apud* Negrão; Viotti, 2014) demonstra que as passivas impessoais surgiram a partir dos seguintes contextos:

(i) a existência de uma construção de sujeito indeterminado com concordância neutra de terceira pessoa do plural:

(3) “le-vieron en la calle”

“Eles o viram na rua.” (sujeito interpretado anaforicamente)

“Viram-no na rua.” (sujeito com interpretação indeterminada)

(GIVÓN, 2006 *apud* NEGRÃO; VIOTTI, 2014, p. 18)

(ii) a expansão do *se* reflexivo que evolui para se tornar um marcador de construções médias que acabam por ser interpretadas como um tipo de ‘passiva’ na medida em que o agente é demovido e o tema/paciente é o único argumento que aparece na construção:

(4) “se-quebraron las ventanas”

“Quebraram-se as janelas.”

“As janelas (se) quebraram.”

(*Ibid*)

(iii) a flexibilidade de ordem de palavras do espanhol que permite colocar o sujeito após o verbo, neutralizando a diferença entre sujeito e objeto, como se observa na comparação entre uma sentença ativa e uma sentença média/passiva:

(5) a. *Ordem VO, ativa*: “curaron los caballos.”

“Eles curaram os cavalos.”

b. *Ordem VS, média*: “se-curaron los caballos.”

“Os cavalos se curaram. (Os cavalos ficaram bem)”

(*Ibid*, p. 18-19)

(iv) a neutralização das interpretações reflexiva, média e de passiva do *se*, em um

período anterior à marcação obrigatória de objetos humanos com a preposição ‘a’:

(6) “se-curaron los brujos.”

a. *Reflexiva*: “Os bruxos curaram a si mesmos.”

b. *Média*: “Os bruxos ficaram bem.”

c. *Passiva*: “Os bruxos foram curados.”

(*Ibid*, p. 19)

Analisando as passivas no PE, Peres e Mória (1995) classificam-nas da seguinte forma:

a) *Passivas participiais*: caracterizadas por predicadores verbais conjugados no particípio passado, o que Givón denomina de prototípicas. Podem apresentar-se sob duas formas, por *estruturas oracionais plenas*, apresentando um verbo auxiliar (*ser*) (cf. (7a)), e na *estrutura oracional reduzida*, em que o verbo auxiliar está elíptico (cf. (7b)):

(7)a. A Capela Sistina foi pintada por Miguel Ângelo.

b. A capela pintada por Miguel Ângelo é famosa no mundo inteiro.

b) *Passivas de (pronomes) clítico*: apresentam-se com o predicador verbal em sua forma não participial e acompanhadas de uma partícula apassivadora (*se*) (cf. (8)):

(8). Pintaram-se dez salas.

c) *Passivas infinitas*: variações de passivas menos encontradas em estudos. Sua principal característica é a forma verbal infinitiva acompanhada do verbo auxiliar *ser* (cf. (9a)) ou do apassivador *se* (cf. (9b)):

(9)a. Esta sala foi difícil de pintar.

b. Mandei-o vigiar por dois detetives.

Vale referir que Peres e Mória (1995) conduziram uma análise minuciosa das construções passivas encontradas em um jornal português chamado *Expresso*, identificando formas variáveis não previstas nos manuais gramaticais que, para muitos, poderiam ser interpretados como “erros”. Essas formas incluem a presença de verbos intransitivos,

predicadores que não permitiam argumentos externos, bem como o uso de verbos modais na formação das passivas. Essas descobertas suscitaram questionamentos sobre as causas dessa variação que poderiam estar ancoradas, por exemplo, na influência de diferentes padrões linguísticos e dialetais presentes na equipe editorial.

Outro trabalho dedicado às orações passivas no PE é o de Estrela (2014) que aborda as possíveis variações de passivas (a saber: eventivas e pessoais). Para a autora, indo ao encontro do que também observam Peres e Mória (1995), o tratamento da construção da voz passiva ocupa uma posição na fronteira de diferentes áreas linguísticas, principalmente a sintaxe, a semântica e o léxico.

As passivas chamadas de eventivas são usadas no PE para expressar uma ação ou evento que acontece com o sujeito, sem que este exerça uma ação ativa. Em outras palavras, a oração passiva eventiva enfoca o sujeito como o receptor da ação, em vez de ser o agente que a realiza, podendo ser contrastada com seus pares distintivos, ou seja, para uma oração passiva, existe seu par ativo:

(10) João leu o livro.

(11) O livro foi lido por João.

(Estrela, 2014, p. 29)

Nas passivas pessoais (cf. (11)), o argumento interno é movido para a posição de sujeito da frase, ocupando a posição inicial ou periférica à esquerda. Já nas passivas impessoais (cf. (12)), ele pode não ser movido para essa posição, ficando na posição pós-verbal:

(12) Foi lido o livro pelo João.

(*Ibid*, p. 31)

Tendo em mente as estruturas do PE acima analisadas por Peres e Mória (1995) e Estrela (2014), irei centrar minha atenção no contraste dessa variedade com o PB e o PA, tomando por base a pesquisa de Negrão e Viotti (2014). Essas autoras verificam estratégias de impessoalização nessas duas últimas variedades a partir de propriedades associadas a um tipo de construção passiva que se distingue das encontradas no PE, um resultado que decorre das “propriedades gramaticais de línguas em contato no período colonial” (Negrão; Viotti, 2014, p. 328).

A constituição do português em terras brasileiras no período colonial explica-se por seu contato com o português clássico, as línguas indígenas e as línguas africanas (como é o caso do quimbundo, língua bastante utilizada pelos escravizados em Pernambuco por exemplo (Silva, 2011)). De agora em diante, lançarei luz ao comportamento das passivas no quimbundo, umas das línguas bantu faladas em Angola nos dias atuais.

Levando em consideração os estudos de Dias (1697), sacerdote jesuíta responsável pela primeira gramática descritiva do quimbundo, redigida em solo brasileiro e intitulada “Arte da Língua de Angola”, acreditou-se, por certo tempo, que a língua não possuía verbos passivos. Em comparação com o PE, para falarem “Deos he amado dos homens”, os falantes de quimbundo diziam “Omala azola nzambi”, em tradução do próprio Dias: “Os homens amaõ a Deos”. Negrão e Viotti (2014) observam, partindo dos estudos de Bonvini (2008), o olhar eurocêntrico nas análises feitas por Dias (1967) e por muitos outros estudos recentes sobre o quimbundo e outras línguas bantu no geral.

Acerca dos processos de impessoalização, as limitações são apoiadas no processo das passivas prototípicas, pois, é a partir delas, que as passivas do PE constroem suas ramificações. Tomando por base o modelo de Princípios e Parâmetros (Chomsky, 1981 e seguintes) — abordagem gerativa que propõe que as línguas possuem não apenas princípios inatos localizados na mente-cérebro dos falantes (como a capacidade de gerar uma infinita variedade de frases a partir de um conjunto limitado de regras, o que permite explicar a criatividade e a capacidade de produzir frases inéditas), como também parâmetros (*locus* de variação entre as línguas e cujos valores são fixados no processo de aquisição da língua materna) — as autoras investigam se as línguas africanas possuem as chamadas passivas analíticas, do mesmo modo que encontramos no PE e no PB, por exemplo, assim como suas frequências.

O que estudos anteriores — como os de Soares (2009) — encontraram no PA são variações de passivas prototípicas advindas da indeterminação do sujeito através do uso da terceira pessoa do plural, por exemplo, através da possibilidade de deslocamento de sintagmas nominais para a esquerda como em (13):

(13)a.

Deslocamento à esquerda com NP-sujeito pleno:

Nzua, ana a-mu-mono

Joha os filhos lhe viram

(Givón, 2006 *apud* Negrão; Viotti, 2014, p. 23)

b.

Deslocamento à esquerda com sujeito pronominal:

Nzua, a-mu-mono

Joha lhe viram

(Ibid)

c.

Passiva:

Nzua a-mu-mono kwa'na

Joha lhe viram nos filhos

(Ibid)

Em (13a) observamos o verbo na voz ativa, o tema “Joha” deslocado para a esquerda e o sujeito da oração “filhos” em posição pré-verbal. Por sua vez, no exemplo (13c), observamos a marca de terceira pessoa do plural dada pelo prefixo *-a* anexado ao verbo, causando a impessoalização da sentença, enquanto o verbo continua apresentando-se em sua forma ativa. Ou seja, o processo de impessoalização dos exemplos é dado através de prefixos de terceira pessoa do plural, confirmando as hipóteses de Dias (1967) sobre a não utilização das formas verbais passivas, demonstrando também que, apesar disso, é possível o processo de impessoalização.

Os tipos de construção encontrados em (13c) são chamados de passivas curiosas por Chavagne (2005), ou ainda passivas de não-promoção por Givón (2006). Chavagne (2005, p. 269 *apud* Negrão e Viotti, 2014) observa que se uma criança angolana quisesse construir uma passiva no PA como “João foi batido pela sua mãe”, ela diria simplesmente que “O João, lhe bateram na mãe dele”. Observamos que o uso da preposição *em*, no PA, substitui o uso de preposições como *a*, *para*, *de* e *por*, comumente usadas no PB.

Em estudos recentes, que vão de encontro às observações de Dias (1967), Soares (2009) deparou-se, no PA, com um tipo de realização de passivas prototípicas em jornais angolanos, em que, conforme vemos em (14), o objeto na voz ativa é elevado para a posição do sujeito na voz passiva e o sujeito da voz ativa é rebaixado para a função oblíqua cujo sintagma é nucleado pela preposição *de*, estando o verbo principal *ladear* antecedido pelo auxiliar *estar*:

(14) Zéphirin Diabré [...] esteve ladeado do representante em exercício do Pnud em Angola, Herbert Behrstock.

(Soares, 2009 *apud* Negrão; Viotti, 2014, p. 25)

Diferenças peculiares nas realizações das passivas angolanas, desde as descobertas apontadas por Dias (1697) até as observadas mais recentemente por Soares (2009), podem encontrar respaldo no processo de contato linguístico, uma vez que ele possibilita aos falantes fazerem interpretações diferentes sobre as realizações linguísticas com as quais estão interagindo.

2.2 O ENFOQUE NA TRADIÇÃO DISCURSIVA: CARTA DE LEITOR E EDITORIAL

Sobre os gêneros textuais, o Editorial, conforme caracterizado por Beltrão (1980, p. 19) em *Jornalista Opinativo*, é a expressão da opinião de um determinado editor sobre questões que afetam o jornal como um todo e a sociedade em geral. Essa forma de expressão editorial é influenciada por várias variáveis, incluindo as convicções filosóficas do grupo editorial, as informações e relações relacionadas ao tema abordado, as pesquisas realizadas na área de circulação e influência do veículo, a experiência jornalística dos editores e os interesses econômicos da empresa.

Ao longo do tempo, tanto os editoriais quanto as cartas do leitor passaram por transformações que refletem as mudanças sociais e políticas de suas épocas. Como observado por Gomes (2019), os gêneros textuais se adaptam às necessidades dos leitores e autores, o que influencia sua função, circulação e temáticas. No caso das cartas do leitor, tradicionalmente marcadas por opiniões individuais, é possível perceber um tom cada vez mais argumentativo e analítico, aproximando-se do estilo editorial. Da mesma forma, os editoriais, apesar de sua natureza institucional e opinativa, podem incorporar características mais pessoais e reivindicativas, típicas das cartas. Esse cruzamento entre os gêneros ocorre porque ambos compartilham o propósito de discutir questões de interesse público, tornando-se espaços para expressar preocupações e tensões sociais. A diversidade temática presente nas cartas do leitor — desde denúncias sobre injustiças até críticas sobre eventos esportivos — exemplifica essa flexibilidade, revelando como diferentes vozes encontram nesses textos um meio de participação no debate social.

Em detrimento de questões sociais e políticas, é comum observarmos um cruzamento entre os gêneros editorial e carta do leitor, em que o primeiro, apesar de seu caráter institucional e opinativo, pode adotar um tom mais pessoal e reivindicativo, típico das cartas

— possível pelo que Melo (1985) chama de plasticidade do editorial. Da mesma forma, as cartas do leitor, que tradicionalmente refletem opiniões individuais, podem assumir um tom mais argumentativo e analítico, aproximando-se do estilo editorial. Essa interseção ocorre porque ambos os gêneros compartilham o objetivo de debater temas de interesse público, refletindo as preocupações e tensões presentes na sociedade.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia adotada nesta pesquisa envolveu diversas etapas, que incluíram pesquisas bibliográficas, leituras especializadas, fichamentos e análises sobre a temática abordada, bem como sobre a Teoria de Princípios e Parâmetros proposta por Chomsky (1981 e seguintes).

Para a constituição do *corpus* referente ao PA composto no geral por 41 orações passivas, foram selecionadas 16 edições de jornais de circulação angolana da primeira metade do século XXI (2010 a 2020), referentes ao período pós-colonial. No geral, foram analisados 16 textos, divididos entre 8 cartas de leitores e 8 editoriais.

Quadro 1: Disposição de Edições e Orações trabalhadas

Gêneros Selecionados	Total de Edições	Total de Orações
Carta do Leitor	8	19
Editorial	8	22

Fonte: Autora deste trabalho

O marco temporal aqui selecionado (de 2017 a 2020) para esta pesquisa pode indicar a emergência de uma nova gramática do PA, distinta do PE, em relação ao comportamento da orações passivas na produção dos jornais se levarmos em consideração o processo jornalístico do País em estudo, uma vez que a maioria dos redatores, nesta época, são angolanos, ao contrário dos textos dos séculos pré-coloniais que tinham como redatores jornalistas europeus. Os textos coletados do século XXI foram obtidos nos sites dos jornais *O País*, edição Angola, e *Novo Jornal*.

Escolhi trabalhar com os tipos de orações passivas analíticas e impessoais porque, de acordo com os estudos utilizados como base para esta pesquisa, como os de Negrão e Viotti,

ou ainda os de Givón, essas seriam as construções prototípicas encontradas tanto nas variedades europeias quanto no português de Angola e do Brasil. Além disso, optei pelo gênero carta por sua natureza plural em termos de autoria, o que possibilita observar a relação entre o grau de escolaridade dos remetentes e a escolha das construções passivas empregadas.

O editorial foi escolhido pelo mesmo motivo, mas, por contar com um número mais restrito de autores, poderia servir como um contraponto ao gênero carta. Dessa forma, tornou-se viável testar a hipótese de que os editoriais apresentariam mais construções impessoais, enquanto as cartas do leitor conteriam mais passivas analíticas, além disso, seria mais esperado que os editoriais produzissem mais construções passivas do que as cartas, tendo em mente os estudos de Nhatuve (2022), acerca da opcionalidade das construções passivas em diferentes modalidades da língua.

Quadro 2: Distribuição das variáveis e de seus respectivos fatores

VARIÁVEL	FATOR
Tipo de passiva	Analítica
	Impessoal
Tipo de gênero textual	Carta do Leitor
	Editorial

Fonte: Autora deste trabalho

Após a seleção das variáveis, os dados linguísticos foram organizados e codificados de acordo com os fatores previamente estabelecidos, como a estrutura sintática das passivas, a presença ou ausência do agente da passiva e a distribuição dos tipos de passiva em cada gênero textual analisado. Essa etapa foi fundamental para garantir um tratamento sistemático dos dados, permitindo a identificação de padrões e tendências no uso das construções passivas.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO: ENFOCANDO O COMPORTAMENTO DAS ORAÇÕES PASSIVAS NO ÂMBITO DA IMPRENSA ANGOLANA

A história da comunicação e imprensa durante o período colonial africano, especialmente em Angola, revela um cenário complexo e multifacetado, permeado pela interação entre culturas autóctones e a influência europeia. Antes da chegada dos colonizadores, as comunidades africanas desenvolveram métodos próprios de comunicação, utilizando sinais, cantos, gritos e outras formas de linguagem verbal e não-verbal. Como pontua Gonçalves (1964), a introdução de novos processos comunicativos, como a imprensa, foi uma contribuição europeia que alterou significativamente o panorama comunicativo local.

As regras de colonização estabelecidas por Portugal, embora tenham proporcionado uma abordagem unificada, também geraram desafios e atrasos no desenvolvimento das colônias. Como observado por Hohlfeldt (2012), a falta de políticas diferenciadas para as diversas colônias portuguesas resultou em dificuldades e desigualdades no processo de desenvolvimento. No entanto, há controvérsias sobre essa visão, como apontado por Conceição Neto (1997) ao argumentar que a administração portuguesa tratou as colônias de forma distinta.

A introdução da imprensa em Angola foi um marco importante, embora tardio, na história da comunicação na região. A chegada da primeira máquina de impressão, em 1842, seguida pelo estabelecimento do primeiro periódico angolano, o *Boletim Oficial*, em 1845, sob o governo de Pedro Alexandrino da Cunha, representa um ponto de virada na disseminação de informações e na formação de uma esfera pública local.

As discussões sobre a história da imprensa angolana incluem debates sobre a existência de prelos anteriores ao estabelecimento oficial da imprensa. Autores como Licurgo Costa, Barros Vidal e Lawrence Hallewell sugerem a possibilidade de prelos em Angola nos séculos XVI ao XVIII, embora a veracidade dessas informações ainda seja objeto de controvérsia. Júlio de Castro Lopo, em suas pesquisas, divide a história da imprensa angolana em diferentes fases, desde a imprensa oficial até a fase da imprensa industrial ou profissional.

É importante destacarmos também a relação entre jornalismo, literatura e militância independentista em Angola, como observado por diversos estudiosos. A imprensa desempenhou um papel fundamental na articulação de ideias e na mobilização política contra o colonialismo português, especialmente após a independência de Portugal em 1974.

Apesar dos desafios iniciais e do interesse limitado dos metropolitanos pela província de Angola, a presença portuguesa na região cresceu ao longo do tempo, impulsionada por

investimentos, colonização e um aumento na circulação de publicações. A invasão dos holandeses na região também teve um impacto significativo, consolidando a presença portuguesa e estimulando o crescimento econômico e humano em Angola, favorecendo principalmente os colonizadores e elite europeia, detentora do poder político e econômico de Angola na época.

Refletindo tanto as demandas administrativas do governo colonial quanto as aspirações sociais e culturais da população local, a imprensa em Angola marcou um momento significativo na história da comunicação. A primeira edição do *Boletim do Governo-Geral da Província de Angola*, lançada em 13 de setembro de 1845, representou a concretização de um decreto anterior que ordenava a publicação de boletins oficiais em todas as províncias sob a inspeção de cada governo local (Lopo, 1964).

Inicialmente, o *Boletim Oficial de Angola* desempenhou um papel multifacetado, indo além da simples divulgação de disposições legais para abranger também notícias, anúncios e até mesmo poesias e versos, como aponta Lopo (1964). Nele encontravam-se desde reportagens criminais até anúncios comerciais e declarações de eventos sociais como casamentos, nascimentos e óbitos. O *Boletim* se tornou uma espécie de porta-voz da sociedade colonial, refletindo tanto os interesses do governo quanto as preocupações e atividades da população europeia que ali estava.

Conforme o tempo passou, o *Boletim Oficial de Angola* evoluiu para concentrar-se exclusivamente em questões governamentais, deixando de lado os assuntos não oficiais. No entanto, sua importância como fonte de informação oficial permaneceu fundamental para os colonos e para a administração colonial (Gonçalves, 1964).

Após o surgimento do *Boletim Oficial*, outras publicações começaram a aparecer, embora sem a periodicidade típica de um jornal. O *Almanak Statístico da Província de Angola* e suas dependências, publicado em 1852, foi um exemplo disso. Já os jornais literários, como o semanário *A Aurora*, fundado em 1856, surgiram para atender às demandas por uma expressão cultural mais ampla na sociedade colonial (Gonçalves, 1964).

No entanto, a instabilidade do mercado local da informação e as limitações impostas pelo governo colonial resultaram em uma série de publicações efêmeras, com uma vida útil muitas vezes breve. Assim, ao longo de mais de duas décadas, o *Boletim Oficial* permaneceu como a única publicação periódica regular em Angola, enquanto os colonos começaram a distinguir os periódicos de tipografias particulares como exemplos de "imprensa livre", em contraposição à folha impressa do governo (Gonçalves, 1964).

O desenvolvimento da imprensa angolana ao longo dos séculos reflete não apenas a evolução das técnicas de comunicação, mas também as complexidades políticas, sociais e culturais enfrentadas pelo país. Desde os primórdios da imprensa em Angola, com a publicação do *Boletim Oficial* em 1845, até os dias atuais, a mídia desempenhou um papel crucial na disseminação de informações e na formação de opinião pública.

O surgimento da "imprensa livre" em Angola, representada pelo jornal *A Civilização da África Portuguesa* em 1866, marcou o início de um novo período no jornalismo angolano. Essa fase foi caracterizada pela diversificação das vozes e pela emergência de publicações independentes, muitas vezes lideradas por intelectuais locais que buscavam expressar suas visões e aspirações para o país (Lopo, 1964).

Com o tempo, surgiram jornais como *O Pharol do Povo (1883-1885)*, *Tomate (1889-1891)* e *O Desastre (1889-1890)*, que deram voz ao projeto nacionalista angolano e destacaram a importância da imprensa como instrumento de resistência ao domínio colonial português (Cruz e Silva, 2010). À medida que a imprensa independente ganhava espaço, também crescia a diversidade de temas abordados, desde questões políticas e sociais até assuntos econômicos e culturais.

No entanto, a trajetória da imprensa em Angola não foi isenta de desafios e obstáculos. A censura governamental e as pressões políticas frequentemente limitavam a liberdade de expressão dos jornalistas e levavam ao fechamento de publicações críticas ao regime colonial. Mesmo assim, jornalistas e escritores, em sua maioria angolanos buscando independência, perseveravam, muitas vezes enfrentando perseguições e prisões em nome da liberdade de imprensa (Lopo, 1964).

A diversidade étnica e cultural de Angola também se refletiu na imprensa, com publicações em línguas nativas como o quimbundo, além do português, a partir de 1881. Essa variedade linguística e cultural enriqueceu o panorama jornalístico do país, proporcionando uma plataforma para a expressão das diversas identidades e perspectivas presentes na sociedade angolana (Jacob, 2010).

À medida que Angola avançava para a independência, o jornalismo assumia um papel ainda mais importante na construção da identidade nacional e na promoção do desenvolvimento social e econômico. A literatura, por sua vez, acompanhava de perto o texto jornalístico, refletindo e alimentando os debates e movimentos políticos da época (Macêdo; Chaves, 2007).

Hoje, apesar dos avanços tecnológicos e da modernização dos meios de comunicação, Angola ainda enfrenta desafios significativos no que diz respeito à liberdade de imprensa. A

censura e a perseguição política continuam a ser obstáculos para jornalistas e escritores, prejudicando a capacidade da imprensa de desempenhar seu papel vital na sociedade angolana, como observam Costa e Cândido (2011).

O País e o *Novo Jornal* — escolhidos para a composição desse corpus — são dois dos principais jornais de grande circulação em Angola, ambos fundados em 2008 e atualmente de circulação digital. Com uma abordagem diversificada, suas publicações abrangem temas políticos, sociais e culturais, oferecendo uma visão ampla sobre os acontecimentos no país. Os jornais trazem desde reportagens que cobram melhorias em serviços públicos, como denúncias sobre ruas esquecidas e falta de infraestrutura, até chamadas para eventos culturais que promovem a arte e a identidade angolana. Além disso, suas análises críticas e editoriais contribuem para o debate público, refletindo diferentes perspectivas sobre a realidade nacional e o papel da imprensa na construção da opinião pública. Seu público-alvo é composto principalmente por pessoas comuns, pertencentes às classes médias, que buscam informações aprofundadas e um posicionamento crítico sobre os temas abordados.

Esperava-se, neste recorte temporal do século XXI, um distanciamento mais evidente entre o PA e o PE, considerando o contexto sociocultural e histórico de Angola. Contudo, ainda foi possível identificar traços gramaticais relativos às orações passivas do PE dentro do PA, resultado das profundas raízes linguísticas e culturais deixadas pelos exploradores portugueses na região. Essa influência manifestava-se especialmente em registros formais e institucionais, refletindo a persistência de aspectos gramaticais do PE como parte integrante do processo de formação do PA.

Diante dessa breve contextualização sobre a imprensa angolana, damos início à apresentação do cômputo geral relativo ao uso do tipo de passiva (analítica e impessoal) no *corpus* da pesquisa. Observe-se, portanto, o quadro a seguir:

Quadro 3: Ocorrência e percentual referente ao Tipo de Passiva na primeira metade do século XXI no PA

TIPO DE PASSIVA	OCORRÊNCIA	PERCENTUAL
Impessoal	5	12,20%
Analítica	36	87,80%
Total Geral	41	100%

Fonte: Autora deste trabalho

Ao compararmos os resultados, é perceptível que, conforme esperado, a frequência de passivas analíticas supera significativamente a das impessoais no *corpus*. Esses achados corroboram as conclusões de Muhongo (2021) ao comparar as estruturas passivas no PE e no PA na língua (falada ou escrita): (i) existe maior incidência destas construções naquele território em detrimento deste e (ii) passivas impessoais não são usuais na língua falada do PA.

Na primeira metade do século XXI, a tendência ao uso de passivas analíticas tem se intensificado no PA, principalmente devido à diversidade de agentes envolvidos na produção de textos jornalísticos. Comparando os leitores e produtores de jornais dos séculos coloniais com os do século XXI, percebe-se uma mudança significativa. Anteriormente, os jornais eram predominantemente escritos por um grupo restrito de profissionais portugueses e ainda, conforme observado na correspondência dos leitores, as reclamações eram, muitas vezes, reescritas pelos próprios editores, como discute Pepetela (2003), diminuindo a democratização das produções e favorecendo o uso da voz passiva impessoal.

Contudo, com o advento do século XXI e o avanço das tecnologias de informação, houve uma democratização sem precedentes na produção e disseminação das notícias. A ascensão de blogs, mídias sociais e plataformas colaborativas transformou os leitores em produtores ativos de conteúdo jornalístico. Essa multiplicidade de agentes envolvidos na produção, aliada ao interesse em priorizar a informação sobre os produtores, impulsionou o aumento do uso de passivas analíticas. Esse tipo de construção tende a direcionar os fatos aos seus agentes, conferindo aos textos jornalísticos uma maior parcialidade. Essa mudança contribuiu para consolidar características essenciais na comunicação digital, refletindo uma nova dinâmica na forma como as notícias são produzidas e interpretadas.

A seguir, apresentam-se exemplos das passivas em análise extraídas dos diferentes textos:

- *Passiva analítica:*

- (15)a. “Mal **foi anunciado como candidato** do MPLA a Presidente da República nas eleições deste ano, João Lourenço pôs-se à estrada e tem vindo a desbravar caminho.” (“Liberdade de imprensa e o pluralismo editorial”. Jornal de Angola. Data: 03/05/2017)

b. “[...] e estes, como que estivessem a organizar a fila, entravam e retiravam o dinheiro do mandante, **com o fito de serem recompensados.**” (Carta do Leitor: “Os congestionamentos em filas de bancos”. **O País** Data: 10/10/2020.)

c. “A nossa missão **foi cumprida.**”

(Editorial Novo Jornal. Missão Cumprida. O Novo Jornal, 18 ago. 2017)

- *Passiva impessoal*

(16)a. “**Quando se apontou** 2020 num encontro em Benguela [...]” (“Carta do leitor: O primeiro sinal”. **O País** Data: 07/10/2020.)

b. “[...] **esconde-se** o acentuado perigo de contágio [...]”

(ZAU, Filipe. Criança da Geração Esperança. O Novo Jornal, 29 mai. 2020)

Em linhas gerais, observamos, a partir da leitura dos editoriais e das cartas dos leitores do século XXI, uma ampliação temática significativa, com um foco crescente em questões políticas e sociais. Diferente de décadas anteriores, em que as cartas e editoriais frequentemente abordavam demandas mais localizadas, como problemas de infraestrutura ou serviços públicos, no século XXI, esses textos passaram a incluir debates mais abrangentes sobre governança, transparência e participação democrática.

Um exemplo emblemático dessa mudança é a carta escrita em 2020 sobre a eficácia das urnas eletrônicas, um tema de grande relevância no cenário político contemporâneo. Esse tipo de discussão demonstra um amadurecimento do discurso dos leitores e da imprensa, refletindo uma preocupação crescente com o funcionamento das instituições democráticas. Além disso, a estrutura desses textos passou a permitir que os leitores identificassem, de forma mais evidente, os agentes omissos ou responsáveis pelas questões debatidas, seja pelo uso de passivas analíticas, seja por construções que enfatizam a responsabilização de determinadas figuras ou instituições.

Essa mudança no perfil dos temas abordados e na forma como os textos são construídos sugere um deslocamento da função das cartas do leitor e dos editoriais. De simples espaços de reclamação e opinião, tornaram-se também ferramentas de mobilização política e conscientização social, reforçando o papel da imprensa na mediação entre o público e as esferas de poder.

Visando a um maior detalhamento da análise, nas próximas subseções, buscarei centrar minha atenção no comportamento das orações passivas em diferentes gêneros incluídos no texto jornalístico, a saber: a Carta do Leitor e o Editorial (cf. Subseção 4.1).

4.1 O COMPORTAMENTO DAS ORAÇÕES PASSIVAS NA CARTA DO LEITOR E NO EDITORIAL

Ao selecionarmos as "Cartas do Leitor" e os "Editoriais" presentes nos jornais angolanos *O País* e *Novo Jornal*, buscando testar a seguinte hipótese: as cartas do leitor favorecem o uso de passivas analíticas devido à sua linguagem menos rebuscada e argumentativa, sendo um gênero mais próximo à língua falada (Coelho e Costa, 2011) ao contrário dos Editoriais em que pode haver uma maior incidência das passivas impessoais.

Os resultados, apresentados no quadro 4, mostram a distribuição da ocorrência de passivas nas Cartas do Leitor, enquanto o quadro 5 apresenta essa distribuição nos Editoriais. Essa análise permitirá compreender melhor como cada gênero pode influenciar a frequência e o tipo de construção de passiva:

Quadro 4: Ocorrência e percentual referente ao Tipo de Passiva nas *Cartas do Leitor* da primeira metade do século XXI no PA

TIPO DE PASSIVA	OCORRÊNCIA	PERCENTUAL
Analítica	16	84,21%
Impessoal	3	15,79%
Total Geral	19	100%

Fonte: Autora deste trabalho

Quadro 5: Ocorrência e percentual referente ao Tipo de Passiva nos *Editoriais* da primeira metade do século XXI no PA

TIPO DE PASSIVA	OCORRÊNCIA	PERCENTUAL
Analítica	20	90,90%
Impessoal	2	9,10%
Total Geral	22	100%

Fonte: Autora deste trabalho

Na pesquisa de Negrão e Viotti (2014) que compara o PB com o PA, é verificada uma tendência naquela variedade à perda dos clíticos, ao contrário desta. O PA, embora apresente maior frequência de passivas analíticas em relação às passivas impessoais, ainda mantém um avanço significativo no uso de clíticos em comparação aos clíticos utilizados no PB, neste mesmo século, por exemplo. Essa diferença pode ser explicada pelo fato de que a gramática do PA segue a tendência de valorizar a norma escrita predominante nos países europeus, destacando-se, por exemplo, o uso de clíticos, diferentemente do PB, que seguiu a tendência ao afastamento da gramática europeia desde o século XX (Roberts; Kato, 2018).

No entanto, foi possível observar a não concretização de uma de minhas hipóteses, em relação ao maior uso de passivas impessoais nos editoriais em comparação com as cartas. Uma possível explicação para esse resultado pode estar na interação entre o perfil dos autores das cartas e a necessidade de conferir maior impessoalidade e generalização às denúncias e reclamações nelas contidas. Diferentemente dos editoriais, que costumam ter um tom mais institucional e elaborado, as cartas do leitor são escritas por pessoas de diferentes níveis de escolaridade e experiências com a escrita formal.

Enquanto pesquisava sobre as construções passivas no português de Moçambique, Nhatuve (2022) observou que a ocorrência de estruturas passivas é notável entre falantes de todos os níveis de escolaridade em diferentes variedades do português. Independentemente do grau de instrução, é possível observarmos também o uso de construções passivas na língua escrita. Assim, é possível que os autores das cartas tenham recorrido às passivas impessoais como estratégia para enfatizar problemas sistêmicos sem necessariamente atribuir responsabilidades diretas, o que pode conferir maior impacto às reivindicações.

Além disso, o caráter argumentativo das cartas pode ter favorecido o uso de

construções impessoais para criar um efeito de objetividade e universalidade, distanciando o autor do enunciado e tornando suas afirmações mais difíceis de contestar. Mesmo com pesquisas indicando que o uso de clíticos no PA ainda é forte, a influência do discurso jornalístico e da necessidade de adaptação a um gênero que exige certa formalidade pode ter levado os autores a empregar estratégias linguísticas que se distanciam da oralidade e da variedade mais comum do PA.

Outra hipótese é que a maior presença de passivas impessoais nas cartas pode estar relacionada à própria temática abordada nos textos analisados. Como as cartas costumam trazer denúncias e críticas a serviços públicos, injustiças ou problemas sociais, os autores podem ter utilizado essa estrutura para reforçar a ideia de que esses problemas não são casos isolados, mas sim situações recorrentes que afetam muitas pessoas, justificando, assim, o uso de passivas impessoais.

Ainda é possível que essa escolha possa estar ligada ao perfil do público-alvo desses jornais, que inclui, em grande parte, pessoas comuns, muitas vezes sem poder ou influência política. Como esses indivíduos podem se sentir mais vulneráveis ao expor diretamente os responsáveis por certas situações, o uso das passivas impessoais funciona como uma estratégia para evitar possíveis represálias e manter um tom de denúncia mais seguro. Ao ocultar ou desfocar o agente, os autores das cartas protegem-se de eventuais retaliações, ao mesmo tempo em que chamam a atenção para os problemas estruturais denunciados.

Por outro lado, os jornais, mesmo em um país com uma história recente de liberdade de imprensa e expressão, possuem um nível maior de proteção institucional em comparação com os leitores individuais. Sendo assim, apesar dos desafios que a mídia pode enfrentar, um veículo de comunicação tem mais recursos para se defender juridicamente e institucionalmente de ataques externos, o que pode explicar uma menor necessidade de recorrer a estruturas impessoais em seus editoriais. Isso reforça a ideia de que a escolha linguística nesses gêneros não é apenas uma questão estilística, mas também um reflexo das dinâmicas sociais e políticas em que estão inseridos.

No caso dos editoriais, o fato de não apresentarem um número maior de orações passivas impessoais, como era esperado, pode estar relacionado à natureza opinativa e argumentativa desse gênero, que tende a enfatizar a clareza na atribuição de responsabilidades. Diferente das cartas do leitor, que muitas vezes precisam recorrer à impessoalidade para conferir um tom de denúncia mais abrangente, os editoriais adotaram aqui uma posição mais explícita e direta sobre os temas abordados, o que pode favorecer o uso de passivas analíticas, que explicitam o agente da ação.

Ademais os editoriais possuem um caráter institucional, representando a posição do veículo de comunicação. Como esses textos costumam influenciar debates públicos e políticos, há um interesse em nomear os responsáveis pelos acontecimentos discutidos, seja para reforçar críticas, seja para construir narrativas que dialoguem com a linha editorial do jornal. Isso explicaria a menor recorrência de passivas impessoais, uma vez que tais construções tendem a ocultar ou desfocar o agente da ação.

Outro fator a considerar é que o tom argumentativo dos editoriais pode exigir maior precisão na exposição dos fatos, tornando as passivas impessoais menos atraentes na atual tendência jornalística — na qual os leitores buscam, cada vez mais, o posicionamento claro sobre pautas sociais — já que essas estruturas podem transmitir ambiguidade ou falta de compromisso com a identificação dos sujeitos envolvidos. Como os editoriais buscam persuadir o leitor e construir uma visão de mundo alinhada aos interesses do jornal, a escolha por estruturas mais explícitas, como as passivas analíticas ou até mesmo construções ativas, pode ter sido um recurso para garantir maior transparência e credibilidade ao discurso.

É importante, portanto, observar que, em ambos os gêneros - editoriais e cartas do leitor -, houve predominância na utilização de construções de passivas analíticas. Isso pode ser atribuído, conforme destacado por Soma (2014), ao contexto de desenvolvimento linguístico em Angola, onde os aspectos sociais, políticos, culturais e históricos moldam a língua de maneira distinta em relação a Portugal.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida neste trabalho reforça a complexidade e a riqueza do PA, especialmente no que tange ao comportamento das construções passivas. Os resultados mostraram uma predominância das passivas analíticas sobre as impessoais na primeira metade do século XXI, o que reflete tanto as escolhas estilísticas dos agentes produtores de texto quanto as influências históricas e sociolinguísticas que moldaram o PA ao longo do tempo. Essa preferência pelas passivas analíticas está associada a uma busca por objetividade e clareza, especialmente em gêneros textuais como editoriais, e a reivindicação opinativa marcada pela subjetividade das cartas do leitor.

Comparando o PA com o PE, observa-se a manutenção do uso de clíticos quando verificadas as passivas impessoais. Esse aspecto, influenciado pela norma escrita predominante em Portugal, evidencia a continuidade de uma valorização da gramática europeia nos contextos formais angolanos. No entanto, as dinâmicas de produção jornalística

e o advento das tecnologias digitais têm promovido maior democratização na criação de textos, o que, por sua vez, têm contribuído para mudanças linguísticas no PA, como foi possível enxergar ao constatar que as orações passivas analíticas estão presentes em sua grande maioria tanto em textos mais institucionalizados — substituindo o que antes era ocupado pelas passivas impessoais — quanto em textos mais pessoais, como as cartas. Tal fenômeno de distanciamento entre PE e PA pode se dar por questões sociais, uma vez que a história de Angola com sua liberdade de expressão é recente.

O que foi possível constatar é que ainda há uma diferença entre o PA falado e aquele escrito pelos angolanos. Os tipos de passivas observadas por Givón (2006) e Chavagne (2005) na modalidade falada do PA não são as mesmas encontradas na modalidade escrita, essas são mais próximas das prototípicas encontradas no PE e no PB, o que confirma os estudos de Roberts e Kato (2018), em que se constata a busca por seguir a gramática normativa europeia, afastando-se da oralidade.

Além disso, a análise permitiu identificar como as questões sociais, culturais e históricas moldaram as escolhas linguísticas em Angola, destacando a importância de ampliar o *corpus* do PA em análise e de contemplar outras variedades africanas do português. O fortalecimento de pesquisas que abordem as especificidades dessas variedades é essencial para compreender melhor as dinâmicas do contato linguístico e suas repercussões nas estruturas gramaticais e na identidade sociolinguística desses países.

Por fim, o presente trabalho reafirma a relevância de estudar o PA no contexto das variedades do português, contribuindo para uma visão mais ampla e inclusiva da língua portuguesa como um sistema dinâmico, moldado por interações históricas, culturais e sociais.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A CIDADE e as trevas. **O Novo Jornal**. 08 jul. 2016. Disponível em: <https://novojornal.co.ao/editorial/interior/-a-cidade-e-as-trevas-31668.html> Acesso em 01 mar. 2024.

ADRIANO, Paulino Soma. Tratamento morfossintático de expressões e estruturas fráscas do português em Angola: divergências em relação à norma europeia. 2014.

A NOBRE Missão dos Prémios do Novo Jornal. **O Novo Jornal**. 02 fev. 2019. Disponível em: <https://novojornal.co.ao/opiniaio/interior/a-nobre-missao-dos-premios-do-novo-jornal-74778.html> Acesso em 01 mar. 2024.

BELTRÃO, L. **Jornalismo opinativo**. Porto Alegre: Sulina, 1980.

BONVINI, E. Línguas africanas e português falado no Brasil. In: FIORIN, J. L.; PETTER, M. M. T. (Org.). **África no Brasil: A formação da língua portuguesa**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 15-62.

CABINDA, Luís. “Carta do leitor: Processo transparente...”. **O País**. 20 jan. 2020. Disponível em: <https://opais.co.ao/opiniaio/carta-do-leitor-processo-transparente/>. Acesso em 08 jan. 2024.

CINTRA, Lindley; CUNHA, Celso. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. 6 ed. 2013.

COELHO, Simone Silvia Bedin; DA CONCEIÇÃO COSTA-HÜBES, Terezinha. O gênero discursivo na sala de aula: uma experiência com a carta do leitor. *Travessias*, v. 9, n. 1, p. e11749-e11749.

COSTA, Dani; CNDIDO, Teixeira, António Tomás. Vivemos numa sociedade que premeia o consumo, mas não a produção. **O País on line**, 06 jul. 2011. Disponível em: <http://www.opais.net;pt/opais/?det=18349&id1647&mid=>. Acesso em: 06 jun. 2011.

CHAVAGNE, J. P. **La langue portugaise d’Angola: étude des écarts par rapport à la norme européenne du portugais**. 2005. Tese (Doutorado) - Université Lumière Lyon 2, , 2005.

CHOMSKY, N. **Lectures on government and binding**. Dordrecht: Foris Publications, 1981.

CRUZ E SILVA, R. **O nacionalismo angolano: um projecto no século XIX através de três periódicos da época: O Pha-rol do povo, Tomate e O desastre**. 2010.

DA COSTA, T. M. C. J. **Umbundismos no português de Angola: proposta de um dicionário de umbundismos**. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. , abr.2015.

DE CARVALHO, Caroline Corso; HOHLFELDT, Antonio Carlos. **A Imprensa Colonial de Expressão Portuguesa: A imprensa de Angola**. ,2021.

DIAS, P. **Arte da língua de Angola**. Lisboa: Miguel Deslandes, 1697.

EDITORIAL Novo Jornal. Missão Cumprida. **O Novo Jornal**. ,18 ago. 2017. Disponível em: <https://www.novojornal.co.ao/opinioao/interior/missao-cumprida-42147.html>. Acesso em 01 mar. 2024.

EDITORIAL Novo Jornal. **Reflectir é preciso**. **O Novo Jornal**. , 01 set. 2017. Disponível em: <https://novojornal.co.ao/editorial/interior/reflectir-e-preciso-e-em-conjunto-melhor-42376.html>. Acesso em 01 mar. 2024.

ESTRELA, Antónia Pimentel. **A aquisição da estrutura passiva em português europeu**. 2014, p. 8-90.

GIVÓN, T. Grammatical relations in passive clauses: a diachronic perspective. In: ABRAHAM, W.; LEISIÖ, L. (Ed.). *Passivization and typology: form and function*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2006. p. 337-350.

GOMES, V. S.; BRITO, B. D. C. P. Tradição discursiva e historicidade do gênero textual: cartas de leitor na sala de aula. **Encontros de Vista**, v. 24, n. 2, p. 3-16, 2019.

GONÇALVES, J.J. **A informação em Angola – Alguns subsídios para o seu estudo**. Lisboa:, 1964.

GREEN, Toby. **A fistful of shells: West Africa from the rise of the slave trade to the age of revolution**. Penguin: , 2019.

HOHLFELDT, Antonio; CARVALHO, Caroline Corso de. A imprensa angolana no âmbito da história da imprensa colonial de expressão portuguesa. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 35, p. 85-100, 2012.

JACOB, S. R. A imprensa livre e o despertar da vida literária angolana no século XIX. **Miscelânea** — Revista de Pós-Graduação em Letras, v. 8, jul./dez., 2010.

KANZALA, Tio. Carta do leitor: O BPC da nossa desgraça. **O País**. 12 mar. 2020. Disponível em: <https://opais.co.ao/opinioao/carta-do-leitor-o-bpc-da-nossa-desgraca/>. Acesso em 13 mar. 2024.

LAUREANO, Armindo. Adalberto Superstar. **O Novo Jornal**. 02 out. 2020. Disponível em: <https://novojornal.co.ao/editorial/interior/adalbertosuperstar-94937.html>. Acesso em 06 mar. 2024.

LAUREANO, Armindo. Editorial: E a quarentena entra em cena. **O Novo Jornal**. 13 mar. 2020. Disponível em: <https://novojornal.co.ao/editorial/interior/editorial-e-a-quarentena-entra-em-cena-85156.html>. Acesso em 06 mar. 2024.

LOPO, J. C. **Jornalismo de Angola: Subsídios para a sua história**. Luanda: Centro de Informação e Turismo de Angola, 1964.

LUCCHESI, D.; BAXTER, A. A transmissão linguística irregular. In: LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (Orgs). **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 101-124.

MACÊDO, T.; MAQUÊA, V. **Literaturas de língua portuguesa: Marcos e marcas**. Arte & Ciência, 2007.

MACHADO, Adilbênia Freire; PETIT, Sandra Haydée. Filosofia africana para afrorreferenciar o currículo e o pertencimento. **Revista Exitus**, v. 10, 2020.

MAIOR, Adriano. Carta do Leitor: dolly Menga é esforço, yah! **O País**. 25 jan. 2020. Disponível em: <https://opais.co.ao/opiniao/carta-do-leitor-dolly-menga-e-esforco-yah/>. Acesso em 13 mar. 2024.

MARCOLINO, Genito. Carta do Leitor: Dificuldades à espreita logo no início... **O País**. 31 dez. 2029. Disponível em: <https://opais.co.ao/opiniao/carta-do-leitor-dificuldades-a-espreita-logo-no-inicio/>. Acesso em 08 jan. 2024.

MELO, M. J. **A Opinião no Jornalismo Brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1985.

MATTOS E SILVA, R. V. **Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

MILLER, Joseph C.; DA CONCEIÇÃO NETO, Maria. **Poder político e parentesco: os antigos estados Mbundu em Angola**. 1995.

MIOTO, Carlos; LOPES, Ruth; SILVA, Maria Cristina Figueiredo. **Novo manual de sintaxe**. : Letras & Letras, 2013. p. 169-199.

MUHONGO, Timóteo Sumbula. **Estudo comparativo de formas lexicais e estruturas passivas em português de Angola e europeu com o auxílio de técnicas de text mining e processamento de linguagem natural**. 2021. Tese (Doutorado) - Universidade do Porto, Porto, 2021..

NASCIMENTO, Beatriz. **O conceito de quilombo e a resistência cultural negra**. **Revista Afrodiáspora**, v. 3, n. 6-7, p. 41-49, 1985.

NEGRÃO, E. V.; VIOTTI, E. Contato entre quimbundo e português clássico: impactos na gramática de impessoalização do português brasileiro e angolano. **Linguística**, v. 30, n. 2, p. 289-330, 2014.

NKEITA, Tazuary. Carta do leitor: Um mau espetáculo de charme. **O País**. 29 jul. 2020.. Disponível em: <https://opais.co.ao/opiniao/carta-do-leitor-um-mau-espectaculo-de-charme/>. Acesso em 13 mar. 2024.

PAYNE, T. **Exploring language structure: a student's guide**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

PERES, João Andrade; MÓIA, Telmo. **Áreas críticas da língua portuguesa**. Lisboa: Editorial Caminho, 1995, p. 209-251.

PETTER, Margarida M. T. **Variedades linguísticas em contato**. 2008 Tese (Livre-docência) - , Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

ROBERTS, I.; KATO, M. A. (Orgs.). **Português brasileiro: uma viagem diacrônica**. 3. ed. São Paulo: Contexto, Campinas, 2018.

RODNEY, Walter. **How Europe Underdeveloped Africa**. Bogle-L'Ouverture Publications, 1973.

RODRIGUES, Enoe Cristina Amorim. **Varição e evolução: O caso do português europeu e do português brasileiro**. 2012.

RODRIGUES, Venâncio. Somália ordena saída de enviado da ONU por interferência em assuntos internos. **O País**. 02 fev. 2019. Disponível em: <https://opais.co.ao/mundo/africa/somalia-ordena-saida-de-enviado-da-onu-por-interferencia-em-assuntos-internos/>. Acesso em 13 mar. 2024.

Os congestionamentos em filas de bancos. **O País**. 10 mar. 2020. Disponível em: <https://www.novojornal.co.ao/opiniao/interior/crianca-da-geracao-esperanca-88059.html>. Acesso em 13 mar. 2024.

SALOMÃO, Varito. Carta do leitor: O primeiro sinal. **O País**. 07 out. 2020. Disponível em: <https://opais.co.ao/opiniao/carta-do-leitor-o-primeiro-sinal/>. Acesso em 13 mar. 2024.

SILVA, O. A. **A influência africana no português em Pernambuco: um mergulho em Ascenso Ferreira**. 2011. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

SILVA, R. Ferreira da; SILVA, S. E. F. **A construção passiva no português do Brasil: diferentes perspectivas de análise**. 2016. Dissertação (Mestrado)– Universidade de Brasília,, Brasília, 2016.

SOARES, T. V. M. As passivas adjetivais no português brasileiro e no português de Angola. **Relatório de Iniciação Científica**, PIBIC CNPq/USP, São Paulo, 2009.

TERESA, C. et al. **Contributos para uma caracterização linguística do luandense**. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2010.

THORNTON, John. The origins and early history of the Kingdom of Kongo, c. 1350-1550. **The International Journal of African Historical Studies**, v. 34, n. 1, p. 89-120, 2001.

ZAU, Filipe. Criança da Geração Esperança. **O Novo Jornal**. 29 mai. 2020. Disponível em: <https://www.novojornal.co.ao/opiniao/interior/crianca-da-geracao-esperanca-88059.html>. Acesso em 01 mar. 2024.